



Plenário elogia e aprova MP que incentiva indústria automotiva

Senadores da oposição apontaram a importância e votaram a favor da medida provisória que concede estímulos fiscais para a instalação de indústrias automobilísticas nas regiões menos desenvolvidas do país



Líderes no centro do Plenário, durante a votação da MP, ontem: investimentos em inovação tecnológica como premissa

Em geral criticadas pela oposição, pelo menos uma das medidas provisórias do governo foi aprovada ontem sob elogios: a que dá incentivos fiscais à

instalação de fábricas de automóveis nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas alguns senadores se preocupam com perda de arrecadação dos municípios.

Juizes votarão em conjunto contra o crime organizado

Vão à sanção 500 novos cargos de perito médico

3

João Alberto é o novo presidente do Conselho de Ética do Senado

Após sua eleição, João Alberto disse que vai verificar a pauta atual do conselho para marcar a

primeira reunião destinada a análise de processos. Para vice, foi eleito Jayme Campos. 6



João Alberto (D) e seu vice, Jayme Campos: escolhas por consenso partidário

Agressor de mulher pode perder direito a sursis processual

Acusados de violência doméstica contra a mulher podem perder direito a suspensão do processo, diz projeto aprovado ontem pela CCJ, em decisão terminativa, e que modifica Lei Maria da Penha. 4



Ministro Antônio Patriota (E) na CRE, observado por Fernando Collor

Patriota afirma que Dilma une pragmatismo ao idealismo

Chanceler diz que a política externa do governo Dilma busca

resultados concretos, procurando unir pragmatismo e idealismo. 2

FAT pode ser estendido ao financiamento rural 3

Senadores divergem sobre privatização de aeroportos 8

Transmissão de futebol pela TV na mira do Cade

Presidente do órgão fiscalizador diz em debate na CE que vai avaliar contratos entre TV Globo e clubes para o Brasileiro. 2



Fernando Furlan (E), senador Roberto Requião e Ricardo Teixeira (CBF)

CCT faz críticas às concessões irregulares de rádio e TV 5

Debate pede que sociedade se engaje contra drogas 4



Ao lado de Fernando Collor, Antonio Patriota destaca na CRE a prioridade da relação com os países sul-americanos

Patriota apresenta balanço de 100 dias da política externa

Falando à Comissão de Relações Exteriores, o chanceler explicou o foco em parcerias para o desenvolvimento e a ênfase em temas de alcance social e de direitos humanos

OS PRIMEIROS 100 dias da política externa da presidente Dilma Rousseff foram marcados pela combinação de uma construção pragmática de parcerias para o desenvolvimento com uma busca mais idealista por avanços sociais. A avaliação foi apresentada na terça-feira à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

Segundo o chanceler, Dilma demonstrou seu estilo ao buscar resultados concretos em setores nos quais o Brasil precisa estabelecer parcerias para alcançar o que chamou de próximo estágio de desenvolvimento. Em encontros com os presidentes dos Estados Unidos e da China, Barack Obama e Hu Jintao, Dilma deu ênfase ao comércio e a investimentos em inovação, ciência e tecnologia, exemplificou Patriota.

Por outro lado, observou, a presidente demonstrou, em seus primeiros dias, uma preo-

cupação "mais idealista com a qualidade e o tipo de sociedade que queremos construir". Nesse sentido, recordou o ministro, houve forte ênfase em temas como o combate à fome e à pobreza, a promoção dos direitos humanos e as questões de gênero. Além disso, ressaltou, o governo brasileiro demonstrou atenção aos países com economias menos desenvolvidas.

– Não queremos um mundo que ignore a situação de economias mais vulneráveis. O mundo multipolar que queremos ver emergir só será possível com atenção ao que chamamos de G-172, formado pelos países da ONU que não participam do G-20 – disse Patriota durante a reunião, presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL).

Em seu balanço, Patriota ressaltou o alcance global da diplomacia brasileira e lembrou a prioridade da relação com os países sul-americanos, a começar pela Argentina, primeiro país visitado por Dilma como

presidente. Ele destacou ainda a celebração dos 20 anos do Mercosul e a qualidade do comércio com os países do bloco.

Rio+20

Na audiência, Patriota previu que a conferência Rio+20, marcada para 2012, será provavelmente o maior evento internacional dos quatro anos de mandato de Dilma. Ele observou, porém, que o governo brasileiro não quer ver a defesa do meio ambiente como pretexto para protecionismo ou entraves ao comércio. Se o conceito de economia verde, a ser discutido na conferência, tiver de emergir como tema universal, alertou, cada país terá que se sentir beneficiado.

– Será uma grande oportunidade para o Brasil demonstrar o que tem conseguido realizar e trabalhar para que objetivos ambientais se sobreponham a clivagens [oposições] Norte-Sul e sejam globalmente compartilhados – previu o ministro.

Oriente Médio quer paz, segurança e prosperidade

A solução para a instabilidade política no Norte da África e no Oriente Médio passa por uma combinação de "paz, segurança e desenvolvimento", disse o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, na audiência da CRE.

Segundo ele, a região ainda pode ser considerada "muito à margem" do processo de globalização, que tem levado prosperidade a outras áreas do planeta, como a Ásia.

A instabilidade política que teve início na região após a primeira revolta, na Tunísia, "tomou o mundo de surpresa" pela rapidez dos acontecimentos, ressaltou Patriota. As revoltas desafiaram previsões segundo as quais só poderiam haver na região regimes autocráticos ou representantes do fundamentalismo islâmico.

Ao comentar a crise da Líbia, o ministro observou que inicialmente as decisões a respeito do

tema foram tomadas por consenso no Conselho de Segurança da ONU. Mas a questão tornou-se mais complexa quando se discutiu a criação da zona de exclusão aérea e alguns membros permanentes do conselho propuseram medidas adicionais para a proteção de civis, que poderiam criar o que chamou de uma "janela perigosa, com riscos de provocar efeitos contrários". Por isso, cinco países decidiram abster-se, relatou.

Paraguaios pedem reajuste do valor da energia de Itaipu

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem delegação de parlamentares paraguaios, que veio pedir apoio para aprovação do acordo (PDS 115/11) que aumenta em três vezes o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela energia da hidrelétrica de Itaipu.

Sarney apontou a necessidade de adequações do tratado, assinado em 1973, e disse ser possível que as mudanças sejam



Presidente do Senado paraguaio, González Daher (E) é recebido por José Sarney aprovadas pela Casa antes de 15 de maio, quando a presidente Dilma Rousseff visitará o Paraguai. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse acreditar que o projeto não encontre muita resistência na Casa.

Cade vai analisar contratos entre a Rede Globo e clubes de futebol

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai examinar os contratos da Rede Globo com os clubes de futebol para a aquisição de direitos de transmissão do campeonato brasileiro de 2012 a 2014. O anúncio foi feito pelo presidente do órgão, Fernando Furlan, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Em outubro de 2010, a Globo e o Clube dos 13 assinaram com o Cade um termo de cessação de conduta (TCC), após a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça apurar indícios de lesão à livre concorrência no contrato para a transmissão de jogos do campeonato brasileiro. Um dos pontos questionados foi o direito de preferência, pelo qual a Globo poderia cobrir oferta mais vantajosa feita por outra emissora para transmitir os jogos. Furlan disse que esse termo de cessação de conduta está sendo cumprido, mas admitiu a possibilidade de reabrir o processo se surgirem fatos que indiquem o

contrário.

O presidente do Clube dos 13, Fábio Koff, disse que a entidade cumpriu integralmente a determinação do Cade, realizando uma licitação para oferta dos direitos de transmissão, da qual só a RedeTV! participou. Paralelamente, vários clubes realizaram negociações individuais com a Globo, o que deixou o Clube dos 13 "pendurado no pincel, sem escada".

Na negociação individual, os clubes optaram pela continuidade de uma parceria que deu certo com a emissora, afirmou o vice-presidente da Globo, Evandro Guimarães.

Já o superintendente da RedeTV!, Edjail Adib Kalled, disse que a Globo esperou a abertura da licitação, à qual não compareceu, para iniciar a negociação individual e, assim, continuar exercendo o direito de preferência na prática.



Furlan, do Cade (E), Requião e Ricardo Teixeira, da CBF

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Projeto na área de defesa civil

14h Na pauta, projeto que trata da notificação de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil.

Presidência Reunião da Mesa

10h José Sarney preside reunião da Mesa; às 11h, recebe a bancada federal e estadual do Amapá; e, às 16h, preside a sessão plenária.

CRA Terras na faixa de fronteira

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate com o presidente do Inbra, Celso Lacerda, alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos estados na faixa de fronteira.

CI Análise de indicação para Antaq

9h Comissão de Serviços de Infraestrutura examina nome de Pedro Brito Nascimento para diretor da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq).

CDH Ameaças a juízes são tema de audiência

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate as ameaças que vêm sofrendo, por parte de organizações criminosas, os juízes federais e suas famílias.

Deficiência Inclusão no mercado de trabalho

9h Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é o tema que será debatido na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência.

CRE Em votação, nomes para embaixadas

10h Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina mensagens com indicações de embaixadores para Djibouti, Malta, Cingapura, Belarus, Gana e Geórgia.

Reforma Suplente e coligações voltam à discussão

14h A Comissão de Reforma Política se reúne para analisar os temas aprovados, como suplência de senador, reeleição, coligações, entre outros itens, e o cronograma de exame dos textos referentes a outras proposições.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Segue para sanção o projeto proveniente da MP que concede benefícios a empresas com instalações no Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Senado aprova incentivos à indústria automotiva

OS SENADORES APROVARAM a medida que concede incentivos fiscais às indústrias automotivas que funcionam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Durante a discussão do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 8/11, proveniente da MP 512/10, a maioria dos senadores ressaltou a importância do projeto.

– Ninguém pode dizer que a geração de emprego e renda no Brasil, tratada dessa forma, não tem relevância – afirmou Demóstenes Torres (DEM-GO).

Para receber os benefícios, as indústrias devem ter apresentado seus projetos ao Executivo até 31 de dezembro do ano passado. Esses incentivos serão concedidos por crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), calculados mensalmente sobre as vendas no mercado interno dos produtos previstos nesses projetos. O crédito presumido será extinto ao final de 2020. Outra exigência é que os projetos contemplem novos investimentos e pesquisas para desenvolvimento de novos produtos, ou novos modelos de produtos. As empresas devem investir no mínimo 10% do crédito presumido apurado em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive em engenharia automotiva.

Segundo o relator, Humberto Costa (PT-PE), a renúncia fiscal será considerada na elaboração do projeto da Lei Orçamentária

Anual (LOA). “O crescimento da economia e a arrecadação do Tesouro Nacional asseguram que haverá capacidade de absorver a redução de tributos proposta”, disse o senador. Jayme Campos (DEM-MT) defendeu “cautela” ao examinar essas renúncias. Ele e Alvaro Dias (PSDB-PR) disseram que a isenção de IPI vai comprometer os fundos de participação dos Estados e Municípios.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o Senado deve colaborar com medidas para evitar guerra fiscal entre os estados, e Gim Argello (PTB-DF) apresentou uma emenda, acatada, para corrigir desequilíbrios entre os aportes concedidos às empresas do Norte e às do Centro-Oeste,

regidas por leis diferentes.

Os deputados estenderam os incentivos a toda a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que inclui municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Aécio Neves (PSDB-MG) e Itamar Franco (PPS-MG) consideraram exíguo o prazo para a apresentação de projetos para essas cidades: até 20 de maio. Humberto Costa se comprometeu a buscar com governo e Câmara uma forma de ampliar esse prazo.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), reclamou do prazo para apresentação de emendas. Para ele, apesar de relevante, a MP teve sua urgência “fabricada”.

– Todos sabiam que o prazo para apresentar projetos expirava em 31 de dezembro de 2010. Por que o presidente não enviou um projeto de lei seis meses antes, para que pudéssemos discutir com tempo? – questionou, alegando ainda que a medida, “milimetricamente dosada para atender a uma única multinacional, a Fiat”, afronta o princípio da impessoalidade.

Demóstenes disse que a MP foi editada para que a Fiat escolhesse Pernambuco, e não o México, para montar a indústria. E Humberto Costa alegou que “se instalará no Nordeste não apenas uma montadora da Fiat, mas um importante centro de pesquisa, que favorece a inovação”.



Senador cobra exposição de motivos para MPs publicadas no Diário Oficial

Itamar Franco alerta para falha em tramitação de MPs

Itamar Franco (PPS-MG) voltou ontem a fazer críticas ao modo de tramitação das medidas provisórias (MPs), que estavam sendo publicadas no Diário Oficial da União (DOU) sem as respectivas exposições de motivos que as justificam. Itamar pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que devolvesse as MPs ao Executivo para que “as obrigações com o Legislativo” possam ser cumpridas.

O senador deu como exemplo duas MPs publicadas ontem no DOU: a 530, que institui o plano especial de recuperação da rede escolar pública; e a 531, que abre crédito extraordinário, de R\$ 74 milhões, em favor do Ministério da Educação.



Walter Pinheiro, Romero Jucá, Alvaro Dias, Agripino e Mozarildo (sentado, à direita) durante debate da MP em Plenário

Acesso a informações sobre obras públicas é facilitado

Os órgãos da administração pública direta e indireta, as empresas públicas e sociedades federais, estaduais e municipais de economia mista poderão ser obrigadas a manter arquivos de acesso pleno e gratuito a estudantes e professores de Engenharia e Arquitetura, contendo informações detalhadas referentes às obras públicas projetadas ou executadas sob sua responsabilidade. A obrigatoriedade consta de projeto de lei da Câmara (PLC 166/08) aprovado ontem pelos senadores.

Os arquivos devem conter cópia dos estudos de viabilidade, projetos básicos e executivos, desenhos, especificações

técnicas, memoriais descritivos, memoriais de cálculo de estruturas e instalações, orçamentos e relatórios de impacto ambiental, quando for o caso, sem prejuízo de outras informações previstas em regulamento.

As instituições de ensino e pesquisa nas áreas de engenharia e arquitetura poderão solicitar cópia das informações referentes às obras públicas de interesse didático. Quando se tratar de instituição pública, o custo das cópias fornecidas deve ser coberto pelo órgão ou entidade cedente. A documentação fornecida gratuitamente deve ser mantida em acervos acessíveis ao público em geral.

Aprovada criação de 500 cargos de perito médico para o INSS

O Plenário aprovou ontem o projeto que cria 624 cargos efetivos, em comissão, funções gratificadas e de confiança no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A proposta (PLC 178/10) da Presidência da República, que vai à sanção, inclui 500 novos cargos efetivos de peritos médicos previdenciários para atender à demanda de novas agências da Previdência em construção no país.

O provimento dos cargos efetivos fica condicionado à comprovação de dotação orçamentária suficiente para

atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes. É necessário ainda, conforme o projeto, a existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

De acordo com o Executivo, a proposta objetiva fortalecer a estrutura do INSS para possibilitar a instalação de novas agências da Previdência Social. O objetivo do projeto é também possibilitar cumprir a competência recebida pela autarquia com relação às atividades de perícia médica.

Parlamentares lançam frente em defesa da família

Deputados e senadores lançaram no Senado a Frente Parlamentar Mista Permanente em Defesa da Família Brasileira, que será presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES).

De acordo com Malta, a frente parlamentar foi criada com o objetivo de enfrentar as mazelas que venham atingir os princípios da família, além de atuar de forma propositiva no Congresso Nacional, formulando políticas públicas em seu favor.

– A primeira instituição é a família. Se a família vai bem, a sociedade vai bem. Se a família vai mal, a sociedade também vai mal – afirmou Magno Malta.

Colegiado para julgar crime organizado passa em Plenário

Com o objetivo de evitar ameaças e pressões a juízes federais por todo o país, o Senado Federal aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara 3/10, que autoriza a formação de um colegiado de magistrados para decidir sobre atos processuais que envolvam organizações criminosas. A medida permite que um juiz forme o colegiado para deliberar, por exemplo, sobre prisão, sentença, concessão de liberdade condicional ou de liberdade provisória, e transferência de presos.

O Brasil registra vários casos

de juízes mortos ou sob proteção policial devido a retaliações do crime organizado à sua atuação em processos penais. Daí a ideia de evitar que as decisões sejam personalizadas.

Pela proposta, o colegiado será formado pelo juiz do processo e outros dois escolhidos por sorteio eletrônico, entre aqueles com competência criminal e que atuam no primeiro grau de jurisdição. Suas reuniões poderão ser sigilosas, sempre que houver risco de que a publicidade possa prejudicar a eficácia da decisão judicial.

Recursos do FAT podem financiar crédito rural

Bancos cooperativos, cooperativas de crédito, instituições financeiras estaduais, agências e bancos de desenvolvimento oficiais poderão ter acesso a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a concessão de crédito ao setor rural.

A autorização, aprovada ontem pela CAS, segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A autora do projeto (PLS 40/11), Ana Amélia (PP-RS), disse que o Banco Central é favorável a essa “democratização”.

Projeto sobre bombeiro civil terá audiência

Proposta que altera a denominação atual da categoria de bombeiro civil para brigadista particular será discutida em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A denominação bombeiro, pelo PLC 7/11, ficará restrita aos profissionais dos corpos de bombeiros militares.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), que propôs a audiência, os bombeiros civis não querem a mudança por temerem perder o direito ao adicional de periculosidade de 30%, ligado a denominação bombeiro. “Vamos ouvi-los”, disse Paim, ao pedir a retirada do projeto da pauta da CAS.

Senado e Câmara lançam anais da atividade turística

Os Anais do 12º Congresso Brasileiro da Atividade Turística foram lançados ontem pelas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado e de Turismo e Desporto da Câmara, na Biblioteca do Senado. Benedito de Lira (PP-AL), presidente da CDR, destacou a importância histórica da obra.

– Serve como um documento histórico de pesquisa sobre a atividade do turismo. É uma maneira de ajudar a desenvolver um país emergente como o Brasil – observou o senador.

Medida foi proposta por Gleisi Hoffmann com o argumento de que, embora já prevista na Lei Maria da Penha, o STJ concedeu a um réu a possibilidade de pedir a suspensão, com base na Lei dos Juizados Especiais

Acusado de violência doméstica pode perder direito a suspensão do processo

PESSOAS ACUSADAS DE crime de violência doméstica contra a mulher poderão perder o direito a suspensão do processo. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a proposta seguirá diretamente ao exame da Câmara.

A suspensão condicional de processo – ou *sursis processual* – pode ser proposta em crime com pena mínima de até um ano, quando o acusado não tenha praticado outro delito e atenda requisitos previstos no Código Penal.

A autora do projeto (PLS 49/11), Gleisi Hoffmann (PT-PR), esclarece que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) já prevê que o réu não poderia ter seu processo suspenso. No entanto,



Marta Suplicy diz que proposta evita novas interpretações em favor do agressor

no final de 2010, decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu essa possibilidade a um acusado de violência doméstica, com base na Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95).

Para fazer valer a norma já prevista na Lei Maria da Penha e evitar novas interpretações em favor do agressor, Gleisi propôs

explicitar a proibição também na Lei dos Juizados Especiais.

A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), incluiu emenda acrescentando a essa mesma lei dispositivo assegurando que a abertura de processo contra acusado de violência doméstica pode ocorrer sem a representação da vítima, podendo ser motivada



pelo poder público.

– A preocupação da senadora [Gleisi Hoffmann] é evitar que as punições previstas na Lei Maria da Penha sejam diminuídas por juízes machistas, que interpretam a lei conforme seu machismo e inutilizam as conquistas obtidas com a lei – frisou a relatora.

Comissão aprova 301 cargos para Conselho Nacional do MP

Projeto que cria 209 cargos efetivos, 62 cargos em comissão e 30 funções de confiança para estruturação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLC 11/11) recebeu decisão terminativa e agora segue para sanção presidencial.

Dos 209 cargos efetivos, o projeto prevê que 88 serão de analista e 121 de nível técnico. Conforme observou o relator, senador Demóstenes Torres

(DEM-GO), será realizado concurso público para o preenchimento das vagas.

O relator considera a criação dos cargos necessária para “instrumentalizar o Conselho Nacional do Ministério Público para o exercício de sua missão institucional de promover o controle externo da atividade do Ministério Público”. Ele informa que o conselho hoje atua apenas com servidores cedidos por outros órgãos, solução que considera inaceitável no longo prazo.

Atuação da mulher na política será discutida em cinco capitais

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram ontem requerimento da senadora Marta Suplicy (PT-SP) propondo audiências públicas nos estados para discutir a participação das mulheres nas eleições. Os debates serão realizados em São Paulo, Curitiba, Goiânia, Manaus e Salvador.

Marta ponderou que, caso a reforma política em curso no Senado aprove o voto proporcional em lista ou o voto distrital misto, é preciso assegurar a alternância de mulheres e homens na relação de candidatos que os partidos apresentarão aos eleitores.

– Se não houver uma grande pressão e uma grande compreensão da sociedade sobre essa necessidade [de alternância], talvez isso não ocorra – disse a senadora.

Medidas provisórias

A proposta que muda o rito de tramitação das medidas provisórias (PEC 11/11), de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), foi retirada ontem da pauta da CCJ, mas poderá ser



Eunício adiou votação da mudança do rito dos MPs a pedido de Romero Jucá

votada na próxima semana. O presidente da comissão, Eunício Oliveira (PMDB-CE), atendeu a pedido do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para o adiamento da votação, com a concordância do relator, Aécio Neves (PSDB-MG).

Também foi retirado da pauta projeto (PLS 47/11) de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) que veda coligações partidárias nas eleições para vereador e deputados. A matéria vai à Comissão de Reforma Política do Senado, que já deliberou pelo fim das coligações.

O que é o CNMP

O CNMP foi instituído pela Emenda Constitucional 45/04, com a atribuição de fiscalizar a atuação administrativa e financeira do MP e o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Funciona desde junho de 2005 em Brasília.

É composto por 14 membros: o procurador-geral da República, quatro membros do MPU, três membros dos MPs dos estados, dois juízes (um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça), dois indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, um indicado pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado.

Entre as competências do CNMP estão: zelar pela autonomia do Ministério Público, podendo expedir atos ou recomendar providências; avaliar a legalidade dos atos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos estados; receber reclamações contra membros ou órgãos dos ministérios públicos da União ou dos estados; remover, colocar em disponibilidade ou aposentar servidores do MP, além de aplicar outras sanções.

Qualquer cidadão ou entidade pode se dirigir ao CNMP para fazer reclamações contra membros ou órgãos do MP. As reclamações devem ser feitas por escrito diretamente ao CNMP, por fax, ou mesmo por e-mail (secretaria@cnmp.gov.br).

Combate à violência e às drogas nas escolas exige participação

Representantes da mídia, de órgãos públicos de segurança e de ministérios foram enfáticos na afirmação de que o envolvimento e o engajamento de toda a sociedade brasileira são essenciais para que o país consiga enfrentar os problemas da violência e das drogas em ambiente escolar. O debate foi promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e focalizou principalmente a disseminação do consumo de crack e o chamado

bullying.

Estudo do IBGE citado pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), projeta que,

até 2013, mais de 33 mil brasileiros morrerão em virtude da violência antes de completarem 19 anos de idade.



Paulina Duarte (E), do Ministério da Justiça, e a promotora Márcia Pereira da Rocha

Moreira Mariz/Senado Federal

Segundo a promotora do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Márcia Pereira da Rocha, as infrações mais comuns nas escolas e suas imediações são lesão corporal, ameaça, uso de entorpecentes, desacato e porte de armas.

Já o representante do Ministério da Educação, Walisson Maurício de Pinho Araújo, apontou que o bullying resulta da ocorrência de apelidos e tratamentos racistas, sexistas, homofóbicos e machistas.

Subcomissão do NE define visitas aos estados

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste definiu ontem o cronograma de visitas aos estados da região e a Minas Gerais e Espírito Santo, que têm áreas cobertas pela atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O colegiado funciona no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Segundo o senador Wellington Dias (PT-PI), presidente da subcomissão, as visitas devem ajudar a atingir um dos objetivos da subcomissão para 2011, que é “formar um panorama sobre o que é prioridade no Nordeste”.

– O produto principal é termos, em uma visão do próprio Nordeste, quais os projetos, obras e programas que deveremos priorizar no Plano Plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias, na relação do Congresso Nacional, da bancada do Nordeste e dos senadores com o governo federal – explicou.

Os temas dos seminários que serão realizados em cada um dos estados também foram indicados e devem ser confirmados após novas reuniões.

O cronograma de visitas e temas provisórios é:

23 de maio – Alagoas: “Desequilíbrio estrutural”;

6 de junho – Paraíba: “Infraestrutura/Zonas de processamento para exportação e zonas francas”;

13 de junho – Piauí: “Políticas sociais voltadas para a erradicação da miséria”;

4 de julho – Bahia: “Educação/Ciência, tecnologia e inovação”;

11 de julho – Pernambuco: “Integração dos órgãos do Nordeste”;

15 de agosto – Sergipe: “Turismo e cultura/Bacia do Xingó”;

29 de agosto – Ceará: “Recursos hídricos”;

5 de setembro – Maranhão: “Revitalização dos rios São Francisco e Parnaíba”;

19 de setembro – Rio Grande do Norte: “Projetos de energia renovável”;

10 de outubro – Espírito Santo: “Política de mineração”;

24 de outubro – Minas Gerais: “Definição da área pertencente ao semiárido/ Política de atração de investimentos privados”.

Audiência

A subcomissão também aprovou requerimento de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a realização de audiência pública com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para tratar do plano de investimentos do banco para a região Nordeste.



Senador Blairo Maggi acompanha exposição do representante de Manaus

Manaus e Porto Alegre pedem rapidez nos recursos para Copa

Apesar de as obras de infraestrutura nas cidades de Manaus e Porto Alegre para a Copa de 2014 estarem dentro de um cronograma viável, é necessário agilizar a liberação de recursos federais. O alerta foi feito ontem em audiência pública na Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Em Manaus, um dos problemas mais graves é o do aeroporto, cuja reforma sequer foi licitada. Isso coloca a capital em desvantagem em relação às outras cidades-sede, correndo risco até mesmo de não participar da Copa das Confederações em 2013, explicou Fabrício Lima, secretário municipal de Desporto e Lazer da capital.

A construção da Arena da Amazônia, estimada em R\$ 533,3 milhões, está dentro

do prazo, explicou o coordenador da unidade gestora do Projeto Copa, do Amazonas, Miguel Capobiango. As obras de mobilidade urbana, com a construção de monorrelhos e do sistema Bus Rapid Transit (BRT), já têm projeto-base concluído. O custo dos monorrelhos é de R\$ 86 milhões e o do BRT, R\$ 231 milhões.

O secretário de Gestão e Acompanhamento Estratégico de Porto Alegre, Newton Baggio, informou que as obras na capital gaúcha estão em dia, mas manifestou preocupação com a reforma do aeroporto Salgado Filho, estimada em R\$ 345,8 milhões.

O problema estaria na desocupação de área que será destinada à ampliação da pista, que também exigirá recursos federais.

Ministério é responsável pela capacitação de pessoas, diz Novais

A participação do Ministério do Turismo na organização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 diz respeito à capacitação dos prestadores de serviços turísticos. A informação foi dada pelo ministro Pedro Novais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em audiência sobre os planos de sua pasta.

Embora não tenha recebido a incumbência de melhorar a infraestrutura para receber os turistas que virão ao país assistir às competições esportivas, o ministério tem investido nas capitais que sediarão os jogos e nas cidades vizinhas, informou o ministro.

Para a qualificação de profissionais para os eventos esportivos, o ministério está investindo, segundo Novais, R\$ 440 milhões por meio do programa Bem Receber Copa.

O ministro acrescentou que a pasta está com a maior parte de seu orçamento contingenciada, mas manifestou apoio às medidas de contenção de despesas adotadas pela presidente Dilma Rousseff.

Já o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que é "um absurdo" o contingenciamento do orçamento do Ministério do Turismo no momento em que o país

se prepara para sediar a Copa do Mundo, as Olimpíadas e os Jogos Militares.

O ministério já começou a capacitar 306 mil profissionais que vão prestar serviços como atendentes de aeroportos, de locadoras de veículos, guias turísticos, recepcionistas, entre outras atividades. As pessoas recebem treinamento em ética, cidadania, convivência e segurança no trabalho, bem como cursos de inglês e espanhol.

Novais disse ainda que é necessária uma "mudança de paradigma" para atrair mais turistas ao país. Em 2010, os estrangeiros gastaram US\$ 5 bilhões no Brasil, enquanto os brasileiros deixaram US\$ 16 bilhões no exterior, comparou.



Pedro Novais (D) informa que ministério está investindo R\$ 440 milhões na qualificação

A existência de proprietários e sócios fictícios, além de transferências irregulares de outorgas no setor de radiodifusão, já mobiliza o Ministério das Comunicações e a Anatel

"Laranjas" revelam falha na fiscalização das rádios e TVs

DEBATE SOBRE O uso de "laranjas" (sócios falsos) em licitações públicas para a compra de concessões de rádio e TV expôs falhas na fiscalização e no marco regulatório do setor de radiodifusão. Mais do que ajustes na legislação, os participantes de debate promovido ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) constataram ser necessário cumprir as normas em vigor e evitar que aspectos econômicos prevaleçam sobre os técnicos.

Enquanto o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) ainda ajustam os procedimentos de fiscalização, desvios nos contratos de outorga de radiodifusão – seja pela identificação de sócios fictícios, seja pela transferência irregular de propriedade – vêm sendo encaminhados ao Ministério Público Federal (MPF) e à Advocacia-Geral da União.

A informação foi dada pelo secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Genildo Lins de Albuquerque Neto. Paralelamente, o ministério decidiu suspender as licitações para outorga de rádios educativas e retransmissoras de TV. Segundo denúncia da *Folha de S.Paulo*, agenciadores vêm negociando essa concessão pública via internet.

De acordo com o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara



Senador Eduardo Braga (E) e Genildo Lins, do Ministério das Comunicações

Apkar Minassian, a agência não tem poderes legais para interferir no processo licitatório de outorgas. Assim, a interceptação de "laranjas" seria da alçada do ministério. A atuação da Anatel, acrescentou, restringe-se a cessar a transmissão de sinal para emissoras sem outorga reconhecida pelo Congresso ou que entraram ilegalmente no ar. O dirigente da agência confirmou negociações com o ministério para atuarem em conjunto na fiscalização do setor.

Peça-chave

Essa maior aproximação entre ministério e Anatel foi avaliada pelo representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Maurício Wanderley, como peça-chave no controle desse tipo de concessão pública, já que a ação

do tribunal se volta para os aspectos técnicos e econômicos.

Já Antônio Carlos Fonseca da Silva, subprocurador-geral do MPF, acredita que mudanças constitucionais para ampliar o controle do Congresso sobre as outorgas poderão reforçar o combate à concentração ilegal no setor. Assim, em vez de só homologar as outorgas, o Legislativo poderia também cassá-las na ocorrência de irregularidades.

Para o professor do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da UNB, Venício de Lima, os pontos críticos a serem atacados são a existência de normas diversas para serviços análogos; prazos longos de concessão; regras que favorecem os concessionários e o "vínculo histórico" de parlamentares com concessões de rádio e TV.

Senadores criticam descumprimento de normas

Autor do requerimento para debater desvios nas concessões de rádio e TV, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) protestou contra a demora do Ministério das Comunicações em cumprir a legislação e impedir a participação de "laranjas" nas licitações das outorgas.

Conforme assinalou, algumas recomendações de ajustes nesse processo foram feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2008. Mas até hoje, medidas importantes, como a estruturação da fiscalização com a Anatel, ainda estão sendo estudadas.

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) propôs o acionamento da Receita Federal para avaliar a idoneidade financeira dos interessados nas licitações de outorgas. A sugestão também recebeu o aval do presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Eduardo Braga (PMDB-AM), para quem a legislação já dá todos os instrumentos para uma análise criteriosa da situação financeira dos futuros concessionários, além de impedir transferências



Aloysio Nunes, que sugeriu o debate, cobra providências da Anatel

irregulares de concessão.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) acredita que, mais do que mudanças legislativas, é necessário o cumprimento das regras já estabelecidas. Ele discorde da proposta de o Congresso passar a cancelar a outorga de radiodifusão fraudada, defendendo que esse encaminhamento permaneça na alçada do TCU, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Ajustes legislativos foram reivindicados pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Pedro Taques (PDT-MT). Flexa



Cyro Miranda: Receita deve avaliar idoneidade financeira de interessado

defendeu a proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que torna obrigatório o aval do Senado a transferências de outorga.

Pedro Taques considerou necessário regulamentar o artigo 220, parágrafo 5º, da Constituição federal, a fim de evitar a formação de oligopólios ou monopólios no setor de comunicações.

– Os "laranjas" existem para burlar os oligopólios e monopólios proibidos pela Constituição. Isso é prejudicial ao Estado democrático de direito – sustentou.

Para o senador pelo Maranhão, presidir o colegiado é "cortar na própria carne". Ele recebeu 14 votos e terá como vice Jayme Campos, que recebeu 13 indicações

João Alberto promete ter muito equilíbrio no Conselho de Ética

JOÃO ALBERTO (PMDB-MA) foi eleito ontem presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, que terá como vice Jayme Campos (DEM-MT). Os dois nomes foram indicados por consenso partidário. João Alberto recebeu 14 votos, e Jayme Campos, 13. O mandato no conselho é de dois anos.

– Presidir o conselho é cortar na nossa própria carne. Nos momentos mais difíceis, temos que julgar nossos colegas. Mas, com muito equilíbrio e colaboração de todos os senadores, faremos aqui o melhor para o Senado e para o Brasil – afirmou João Alberto.

O senador disse que vai procurar manter uma postura de credibilidade e de confiança no colegiado, que, com 15 titulares e 15 suplentes, tem a prerrogativa de advertir, censurar, suspender ou determinar a perda de



João Alberto é cumprimentado por Renan Calheiros pela eleição para o conselho

mandato por quebra de decoro. Suas decisões, no entanto, são referendadas pela Mesa e pelo Plenário do Senado.

Na terça-feira, foram aprovados em Plenário os 15 titulares e 11 dos 15 suplentes. Também foram definidos os nomes dos senadores Vital do Rêgo (PMDB-

PB) para o cargo de corregedor parlamentar; Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para ouvidor-geral; e Demóstenes Torres (DEM-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Delcídio Amaral (PT-MS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Benedito de Lira (PP-AL) para a Procuradoria Parlamentar.



Valadares (E) e Jayme Campos falam aos colegas sobre investigações judiciais

Senadores explicam casos que levaram a investigações

Antes da votação no Conselho de Ética, os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Jayme Campos (DEM-MT) explicaram as investigações que enfrentam na Justiça.

Valadares afirmou que já foi declarada a extinção da punibilidade no inquérito a que ele respondia no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele disse que, em 2009, foi com o governador Marcelo Déda e deputados a Capela (SE), onde acontecia uma eleição suplementar. Ao descerem do carro, segundo Valadares, eles foram "abordados por eleitores", o que foi considerado "boca de urna" pelo Ministério Público.

Jayme Campos afirmou que, em 1991, quando era governador, o Instituto de Terras de Mato Grosso fez uma permuta sem sua assinatura. Depois, o Incra emitiu certidão

de que a terra era federal, e não estadual. "Mas a permuta foi feita enquanto o estado ainda estava autorizado a fazê-la", garantiu. Com a conclusão do negócio, em 1993, Jayme foi acusado de falsificar documento. O segundo processo contra ele também refere-se a quando era governador. Alegando urgência, o secretário de Saúde de Peixoto de Azevedo (MT) solicitou dispensa de licitação para aquisição, com verba federal, de equipamento hospitalar. Um inquérito alegou que foi pago valor acima do de mercado. Jayme esclareceu que não é o governador que ordena despesas nem que faz o pagamento de compras de secretarias. Disse que já foi ouvido no inquérito, mas até hoje não tenha havido julgamento definitivo.

Pedido contra Requião chega à Advocacia

O presidente do Senado, José Sarney, encaminhou terça-feira ao advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, a representação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal contra o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

O sindicato pede que o Senado aplique as sanções de advertência e censura contra o parlamentar por ele ter tomado o gravador do jornalista Víctor Boyadjian, da Rádio Bandeirantes, durante entrevista no Plenário.

Alberto Cascais disse que não havia ainda recebido o processo.

– Não conheço ainda o teor, não sei em que termos é feita a representação. Preciso de um prazo para análise, a fim de emitir um parecer jurídico – disse.

OIT pode aprovar convenção específica para domésticas

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem discutindo uma proposta de convenção específica para garantir um patamar mínimo de direitos para os trabalhadores domésticos. As convenções da OIT são tratados internacionais que, quando aceitos por um país, passam a integrar a sua legislação. A iniciativa foi defendida na audiência pública que o Senado realizou ontem, data em que se comemorou o Dia da Empregada Doméstica.

A presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, afirmou que essa convenção é fundamental para

que se consolide no país uma legislação destinada ao setor. Além disso, ela espera que a convenção seja aprovada junto com uma "recomendação". A diretora da OIT no Brasil, Laís Abramo, explicou que as recomendações "avançam os temas apresentados nas convenções e apontam caminhos de aprofundamento desses assuntos".

Como exemplos de itens que poderão ser abordados pela convenção, Laís citou o direito à seguridade social e à liberdade de organização e negociação coletiva, a proteção à maternidade, a questão do trabalho doméstico infantil e a migração desses trabalhadores.



Ana Rita (E) e Paulo Paim defendem convenção para o trabalho doméstico

Senado instala CPI que vai investigar o tráfico humano

Foi instalada ontem no Senado a CPI do Tráfico Humano. A comissão parlamentar de inquérito investigará as principais rotas do tráfico nacional e internacional de pessoas que passam pelo Brasil. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) foi eleita presidente da comissão; o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), vice-presidente.

A principal tarefa da CPI, que terá duração de 120 dias, será mapear o tráfico humano no país, identificar os principais obstáculos ao combate desse crime e elaborar proposta legislativa que auxilie no enfrentamento do problema.

Autora do requerimento que criou a comissão, a senadora

Marinor Brito (PSOL-PA) foi escolhida relatora. Ela explicou que o foco da CPI serão as cidades que fazem parte de rotas conhecidas do tráfico, como Rio de Janeiro, Goiânia, Fortaleza e Manaus.

Segundo Marinor, essas cidades deverão ficar ainda mais suscetíveis ao crime com a chegada de grande número de turistas durante a Copa do Mundo, em 2014.

O cronograma de trabalho da CPI será definido na próxima reunião, em 4 de maio.

Também fazem parte da CPI os senadores Paulo Davim (PV-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS), Ângela Portela (PT-RR) e Gleisi Hoffman (PT-PR).



Vanessa Grazziotin (E) foi eleita presidente da CPI. Marinor Brito será a relatora dos trabalhos

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Acir Gurgacz • Marta Suplicy • Paulo Davim • Mozarildo Cavalcanti • Randolfe Rodrigues • José Pimentel • Eduardo Amorim • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Mozarildo, Rede Sarah é modelo de excelência para hospitais públicos

Mozarildo pede hospital da Rede Sarah em Manaus

Em discurso ontem no Plenário, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu a instalação de um hospital da Rede Sarah em Manaus. O senador relatou que o grupo de senadores dos quatro estados da Amazônia Ocidental (Amazonas, Roraima, Acre e Rondônia) entregou ontem documento para os diretores da Rede Sarah de Hospitais com a solicitação.

Segundo o senador, os quase sete milhões de habitantes da região têm que se deslocar para Brasília ou São Luís quando têm algum problema ortopédico grave. Mozarildo disse que a Rede Sarah é uma organização de excelência, modelo para todos os hospitais públicos e que os seus colaboradores tratam o paciente "como um ser humano e não como um objeto".

– A Rede Sarah tem equipe médica de primeira linha e paga bem seus funcionários porque usa bem os recursos públicos – afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Marinor: comissão apuraria fraudes na folha de pagamento daquela Casa

Marinor quer CPI na Alepa para apurar denúncias

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) para apurar denúncias de fraudes na folha de pagamento daquela Casa.

Segundo a senadora, a proposta, do deputado estadual Edmilson Brito Rodrigues (PSOL), daria respostas que a sociedade espera, ao esclarecer o caso.

– A instalação da CPI na Alepa e a apuração dos fatos são consoantes com o momento em que vive a sociedade de se expressar para dar um basta na corrupção – disse.

De acordo com Marinor, a CPI não deverá ser direcionada contra qualquer partido ou ex-parlamentar no exercício do mandato, nem se restringirá a atos da gestão anterior, já que haveria indícios "fartos" sobre a longevidade do esquema criminoso na assembleia.

Sarney defende política do governo contra a inflação

Senador atribui o aumento dos preços ao crescimento do país nos últimos anos, mas acredita que as medidas do governo deverão assegurar a estabilidade econômica

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, defendeu a política econômica do governo para combater a inflação. As medidas anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, disse ontem o senador, demonstram a preocupação do governo com a alta de preços e a estabilidade da economia.

– O governo está tomando medidas sérias e, ainda ontem, a presidente declarou a determinação com que irá usar essas medidas – assinalou.

O problema da inflação é cíclico, na opinião de Sarney, e

o Brasil vive um momento de busca de estabilidade decorrente do crescimento econômico dos últimos anos.

– Estamos num período de busca da estabilidade da inflação. Tanto aqui, quanto na Europa, nos Estados Unidos e na própria China, a inflação é alta porque nós estamos crescendo muito. Associado ao crescimento, temos evidentemente uma pressão sobre os preços. De certo modo, estamos tendo que lutar contra o êxito que o Brasil teve – ressaltou.

A presidente Dilma Rousseff

disse terça-feira, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Social e Econômico, que o controle da inflação só será garantido com o aumento da produtividade. Ela afirmou ainda que manterá todos os programas de investimento em infraestrutura no país, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida, e citou medidas adotadas para combater a inflação, como o controle da expansão do crédito e a elevação das taxas de juros.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador diz que gestão ineficiente prejudica unidades de conservação

Geovani alerta para degradação de áreas protegidas

Geovani Borges (PMDB-AP) manifestou preocupação com a situação das unidades de conservação na Amazônia, prejudicadas pelo desmatamento. Ele destacou problemas como a gestão ineficiente, a não homologação de terras indígenas, a exploração ilegal de madeira e os pedidos formais para redução de área de proteção legal.

Estudos do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e do Instituto Socioambiental (ISA) apontam degradação nas unidades de conservação.

– Parece haver consenso de que a criação e a manutenção de áreas protegidas são uma das estratégias mais eficazes para a conservação dos recursos naturais na Amazônia. Mas a preservação depende de gestão eficiente, carece da ampliação das fontes de financiamento e, sobretudo, do controle das atividades ilegais – recomendou o senador.

Walter Pinheiro diz que Banco Central acerta na taxa de juros

O Banco Central foi assertivo ao aumentar em 0,25% a taxa básica de juros para conter a inflação, mas sem comprometer o crescimento econômico e a geração de empregos. A conclusão é do senador Walter Pinheiro (PT-BA).

– Quero chamar a atenção para o acerto e a firmeza da equipe econômica e da presidente Dilma, que disse que combaterá a inflação mantendo os níveis de geração de empregos e de desenvolvimento econômico.

Para ele, trata-se de manter o crescimento em diversas frentes,

"forma mais eficaz de fazer a distribuição para que o bolo cresça não concentrado".

No dia anterior, o senador também analisou o aumento da taxa de juros e disse que ela revela uma "macroprecaução" da equipe econômica no combate à alta de preços.

– O Copom surpreendeu o mercado, que contava com uma taxa maior, principalmente para engordar as motivações especulativas. Ainda que acusando o golpe, o mercado recolheu-se ao silêncio na esperança de dias melhores para o ganho fácil do chamado investimento



Waldemir Barreto/Senado Federal

Copom surpreendeu o mercado e parte da mídia, afirma o senador

financeiro – afirmou o senador, apontando ainda que parte da mídia tomou as dores do mercado financeiro.

Congresso está seguro para votar LDO, afirma Lídice

A audiência realizada pela Comissão Mista de Orçamento com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, na terça-feira, deu à Câmara e ao Senado mais segurança para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), disse Lídice da Mata (PSB-BA).

– Foi um momento importante para o debate no Congresso, em um esforço do governo para fazer com que os investimentos previstos estejam todos na LDO, em um esforço de reforçar e fortalecer o planejamento em nosso país – afirmou.

A senadora também registrou a passagem, ontem, do Dia da Empregada Doméstica e anunciou a apresentação de projeto (PLS 191/11) que garante o benefício do salário-família aos empregados domésticos.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora elogia audiência com Miriam Belchior e homenageia domésticas



Marcos Moraes/Senado Federal

Senador fez um apelo à presidente Dilma pela liberação das emendas

Petecão manifesta preocupação com emendas

Sérgio Petecão (PMN-AC) manifestou em Plenário preocupação com a liberação de emendas parlamentares individuais relativas aos anos de 2007, 2008 e 2009. De acordo com o senador, inúmeras obras ficarão inacabadas, prejudicando muitas prefeituras no Acre e em todo o país, e prefeitos de todas as agremiações partidárias.

– Eu estou preocupado. O município de São Paulo, que arrecada, que produz, eu achava que estava em situação menos ruim [que o Acre]. No meu estado é diferente, se não liberar emendas parlamentares, a prefeitura fica inviabilizada – avaliou, ao salientar que as emendas de 2011 ainda não foram empenhadas e podem aguardar momento mais favorável.

Para Mário Couto, donas de casa já sentem inflação

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que a dona de casa já está sentindo a chegada da inflação, e que o governo Dilma Rousseff mente ao tentar convencer a população de que tudo está tranquilo.

– São quatro meses em que este país está completamente parado. É preciso que os senadores alertem a nação. A inflação dói no bolso, a gasolina dói no bolso, a falta de saúde dói, a falta de segurança dói, perturba, maltrata, mata neste país e nada acontece – alertou.

Mário Couto disse que, desde que assumiu seu mandato, o anunciado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não concluiu nenhuma obra e que o governo não consegue tirar do papel aquilo que anuncia.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Atraso nas obras da Copa também foi lembrado pelo senador Mário Couto



Marcos Moraes/Senado Federal

História de Rondônia está vinculada à implantação da agricultura, diz Gurgacz

Gurgacz ressalta papel da Embrapa em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento da agricultura em Rondônia. A autarquia, lembrou, está completando 38 anos.

Segundo ele, a história de Rondônia está vinculada à implantação da agricultura pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), com apoio da Embrapa, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e da Comissão Executiva do Plano de Expansão da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Porém, na sua avaliação, falta ação integrada dos governos federal, estadual e municipais para favorecer os pequenos produtores.

Gurgacz afirmou que o governador Confúcio Moura comprometeu-se a realizar convênio com a Embrapa e a Ceplac para implantação de tecnologia de ponta no setor agrícola.



Paulo Davim

Davim quer usar recursos de multas para tratar vítimas

Após apontar a gravidade dos acidentes no trânsito do país e os prejuízos financeiros e em vidas perdidas, o senador Paulo Davim (PV-RN), apresentou projeto de lei para destinar 15% do valor arrecadado com multas para um fundo de saúde que vai pagar o tratamento das vítimas. Para ele, o Brasil convive com uma taxa de mortalidade no trânsito "imoral e absurda".

– Segundo a OMS, o Brasil é o quinto país no mundo em mortes no trânsito, atrás somente de países bem mais populosos, como Índia, China, Estados Unidos e Rússia – informou.

Paulo Davim mencionou o montante de R\$ 200 milhões gastos em 2010 com 160.856 brasileiros internados com traumatismos causados por acidentes de trânsito em 2010.

Itamar sugere normas para usinas nucleares

O senador Itamar Franco (PPS-MG) apresentou projeto de lei que estabelece várias regras para a instalação de usina nuclear no país. O PLS 139/11 prevê medidas de segurança para as atividades operacionais das usinas e requisitos para a localização de novas unidades de energia nuclear, principalmente em relação a áreas mais habitadas.

A intenção, segundo o senador, "é estabelecer limites de segurança para a população que possa vir a ser afetada num eventual acidente nuclear". O assunto, acrescentou, interessa muito ao Brasil e transcende a dualidade governo-oposição.

– O acidente nas usinas do Japão recolocou o assunto na pauta política – observou o senador, que lamentou o fato de o tema não ter sido discutido nas eleições presidenciais.

Para senadora, o ideal na concessão seria o governo oferecer um pacote, de forma que, quem ficasse com Guarulhos, levasse junto cinco aeroportos que não sejam superavitários

Vanessa pede solução para os aeroportos deficitários

A SENADORA VANESSA Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem que considera muito normal a proposta anunciada pelo governo de promover a concessão dos aeroportos brasileiros à iniciativa privada. No entanto, ela manifestou preocupação quanto aos aeroportos que são deficitários e não devem ter o interesse do setor privado.

Segundo o anúncio do governo, em no máximo 15 dias serão colocados para concessão por 20 anos os aeroportos de Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e o de Brasília. Num segundo momento, será a vez dos aeroportos de Confins, em Minas Gerais, e do Galeão, no Rio de

Janeiro. A concessão poderá ser feita de acordo com três modelos: 100% com a iniciativa privada, parceria público-privada e sistema de troca.

Vanessa Grazziotin disse que para Guarulhos, o principal aeroporto brasileiro, está sendo proposto o modelo de concessão para operação 100% privada. Assinalou que, somente em movimentação de cargas, esse terminal corresponde a mais de 31% da movimentação em todo o país. Ela perguntou como ficarão os inúmeros aeroportos que são deficitários.

– Vou apresentar um requerimento de informações à Presidência da República para que

responda essas questões. O que me preocupa é como ficará a manutenção dos demais aeroportos. O aeroporto Eduardo Gomes [em Manaus] é o terceiro em arrecadação e vive com dificuldades. Não seria o caso de conceder um pacote? Guarulhos junto com cinco outros aeroportos que não são superavitários? – questionou.

Em aparte, Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que todos os sistemas de transportes no Brasil já são operados pela iniciativa privada e, se o governo mantiver as concessões para os aeroportos, o problema será resolvido a um custo menor do que é praticado atualmente.

Proposta de privatização veio tarde, afirma Jarbas Vasconcelos

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou ontem que o governo federal demorou muito para decidir privatizar os aeroportos brasileiros. Segundo ele, "a incompetência da administração petista" forçou o governo a optar pela privatização como única solução capaz de viabilizar os eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 – previstos para os próximos anos.

– Essa é uma decisão tardia, tomada em momento de crise, sem a definição de um modelo

para o setor — disse.

De acordo com o parlamentar, a pressa na privatização dos aeroportos e a não criação de agências reguladoras para o setor traz risco de graves falhas no processo.

Um dos pontos importantes que precisam de definição por parte do governo, segundo ele, é o detalhamento das concessões e do papel a ser desempenhado pela Infraero no novo modelo. Jarbas Vasconcelos informou que a estatal, dentro do modelo misto de gerencia-



Governo precisa detalhar concessões e papel da Infraero, diz senador

mento anunciado pelo governo, vai continuar administrando os aeroportos, uma vez que a concessão à iniciativa privada vai se restringir a novos terminais.

Para Marta, governo teve coragem e ousadia

Marta Suplicy (PT-SP) elogiou a iniciativa do governo federal de criar a Secretaria Nacional de Aviação Civil e de repassar para a iniciativa privada, em regime de concessão, a reforma e ampliação de três dos principais aeroportos do país – Guarulhos (em São Paulo), Viracopos (em Campinas, SP) e Brasília. Era preciso "coragem, ousadia e iniciativa" para se tomar esta decisão e, enfim, ela foi tomada, disse.

A reforma é mais do que necessária, uma vez que o cres-

cimento econômico dos últimos anos aumentou o número de passageiros nos aeroportos.

A senadora ressaltou que o governo também está tomando providências para evitar possíveis problemas de infraestrutura durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

– Apenas para investimentos prioritários nas cidades-sede da Copa de 2014 vão ser gastos R\$ 5,6 bilhões. Portanto, a prioridade dada pela presidente Dilma à formulação de políticas e à gestão dos investimentos no

setor aeroportuário civil através da nova secretaria vai permitir ao setor qualificar o serviço prestado à população.

Marta explicou que o governo escolheu os três aeroportos por serem os de maior movimento entre os que operam acima da capacidade.

– Os recursos gerados na outorga desses terminais darão muito mais condições e recursos à Infraero para acelerar o aumento dos terminais restantes, que ela vai continuar administrando.



Lindbergh Farias

Lindbergh Farias cobra ações em favor da sociedade

Lindbergh Farias (PT-RJ) sugeriu que o Senado atue como órgão conciliador nos temas que analisa nas comissões. Segundo o senador, a Casa não pode ficar restrita à disputa entre governo e oposição, para não permitir seu esvaziamento político.

– Com esse objetivo, apresentei projeto de resolução, com proposta de alteração no Regimento Interno, para que o Senado tenha a possibilidade de criar um termo de ajustamento de conduta.

Lindbergh disse que o Senado precisa se apresentar "ao debate do mundo real" e participar com propostas de soluções de problemas recorrentes na sociedade.

Ângela Portela propõe INSS menor para donas de casa

Ângela Portela (PT-RR) defendeu a redução da alíquota de contribuição previdenciária das donas de casa de baixa renda de 20% para 5% do valor do salário mínimo – semelhante à paga pelos empreendedores individuais beneficiados pela Medida Provisória 529/11, em análise no Congresso.

No texto da MP que reduz a 5% a alíquota dos trabalhadores autônomos, Ângela Portela e outros parlamentares propuseram emenda estendendo a redução também aos segurados facultativos – pessoas que não têm vínculo empregatício nem empresa, mas querem ser beneficiários do INSS.



Ângela Portela

Jucá defende unidade do Sarah em Boa Vista

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu ontem a instalação de uma unidade da Rede Sarah Kubitschek de Hospitais em Boa Vista, para atender aos pacientes da região amazônica. Segundo ele, a capital de Roraima está mais bem preparada para receber um Sarah, por ser mais aprazível, ter clima mais ameno e possuir melhores condições de infraestrutura e trânsito fácil do que Manaus, outra candidata.

Jucá se comprometeu a apresentar emendas ao Orçamento para a construção do complexo. O senador anunciou ter participado de reunião, na tarde de ontem, com a direção do hospital.

Inácio destaca centenário de Nelson Werneck Sodré



Inácio Arruda

Inácio Arruda (PCdoB-CE) saudou ontem a passagem do centenário de nascimento do militar, historiador e escritor Nelson Werneck Sodré, que morreu em 1999. O senador lembrou que o autor foi um dos pioneiros da história marxista no Brasil e autor de duas obras básicas da bibliografia nacional: *História da literatura brasileira*, de 1938, e *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de 1945. Inácio Arruda ressaltou que Werneck Sodré foi um personagem da política e economia, tendo vasculhado a realidade do país.

BNDES lucra na ciranda financeira, acusa Aloysio

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o BNDES e o Tesouro Nacional criaram uma contabilidade "criativa", que tem proporcionado lucros extraordinários ao banco e gerado o "mantra do ufanismo" cantado pela bancada governista.

Aloysio disse que o balanço do banco, publicado em março passado, revelou um lucro de R\$ 9,9 bilhões em 2010, com crescimento de 47%. O senador observou que por trás desse lucro está uma operação em que, desde 2008, o Tesouro aumenta suas emissões para emprestar ao BNDES, que, por sua vez, aplica no mercado financeiro em títulos públicos, no que é conhecido como "ciranda financeira", aumentando a dívida pública.

Cortes de verbas em C&T preocupam João Claudino



João Claudino

Segundo ele, o setor alega que os cortes são um sinal da falta de atenção com a política de inovação no Brasil, "ferramenta para o desenvolvimento econômico". O senador comparou o número de registro de patentes no Brasil e na China.

– Entre 2005 e 2009, a China requereu quase 20 vezes mais patentes que o Brasil – disse o senador.

Cassol quer mudar regra de criação de municípios

Ivo Cassol (PP-RO) apresentou projeto de lei para devolver às assembleias legislativas estaduais a atribuição de criar municípios. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Embora Rondônia conte hoje com 52 municípios, Ivo Cassol disse que o estado também abriga diversos distritos, a exemplo de Extrema, Vista Alegre e Nova Califórnia, cuja população desejaria ser emancipada "para deixar de viver das esmolas dos municípios-mães".

– É mil vezes melhor um município pobre do que um distrito miserável, da maneira que muitos distritos vivem em Rondônia e no Brasil – afirmou.